

NOTA DA **KUNANGUE
ATY GUASU** CONTRA
PATRIARCADO E
RACISMO:
**violências medievais e
extremismo religioso
no MS**



A Kunangue Aty Guasu (Grande Assembleia das Mulheres Kaiowa e Guarani), vem por meio desta, denunciar e exigir que sejam apuradas/investigadas de forma continuada, todas as violências em nossos territórios, contra meninas, jovens, mulheres e Nhandesys (mestras tradicionais). Nossos espaços de medicina e de reza, onde se exerce o cuidado dentro de nossa cultura está sendo sistematicamente incendiado de forma criminoso. As Igrejas neopentecostais - Assembleia de Deus e Deus é Amor, incitam o ódio à cultura e principalmente a mulher Guarani e kaiowá, através de discursos racistas contra as Nhandesy e Nhanderu. Como no período da Inquisição e de caça às bruxas, pregam que anciões e anciãs indígenas são feiticeiras e responsáveis pelas mortes e doenças que atingem as nossas aldeias, fazendo com que pessoas se sintam legitimadas a agredirem seus corpos e casas de cura e reza, gerando cenários de violências medievais e extremismo religioso, como apedrejamentos e ameaças de morte constantes. Esse discurso de ódio tem contribuído para o aumento das violências em nossos territórios, e assim a uma onda de estupros e feminicídios. É preciso urgente, que as mulheres indígenas e ativistas, defensoras de direitos humanos que lutam contra essas violências, sejam protegidas.

Os grandes chefes dos espaços evangélicos (igrejas) que estão em nossos territórios precisam se responsabilizar pela demonização seguido de ataques violentos contra o nosso modo tradicional, porque eles são responsáveis pela formação valorativa dos fiéis. Exigimos que parem imediatamente com a intolerância religiosa, o racismo religioso, que respeite os nossos espaços tradicionais e nossos modos de se organizar, de ser e existir.

A constituição federal de 1988, garante o direito fundamental à liberdade de religião, e foi expressamente assegurada uma vez que esta liberdade faz parte do rol dos direitos fundamentais. O inciso VII do artigo 5º, estipula que ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.

Também chamamos o judiciário e outras organizações, movimentos sociais, universidades, etc para juntos realizarmos o enfrentamento a esse racismo religioso estrutural. É de responsabilidade dos órgãos públicos combater os crimes de intolerância religiosa, assim como são aqueles que têm todos os instrumentos para investigar, julgar e combater a violência.

Por isso, questionamos porque nada tem sido feito e porque continuamos a vivenciar essas violências brutais e a termos nossos direitos como cidadãos desrespeitados pelas instituições responsáveis pela garantia de nossos direitos.

Quem vai investigar as queimas das casas de rezas no Mato Grosso Do Sul? O que fazer com esse racismo e perseguição estrutural contra os nossos princípios? Como proteger os nossos patrimônios nativos? Até os dias atuais, nenhum espaço da igreja foi incendiado, pastores e fiéis não são perseguidos, ameaçados.

Até quando?

